



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO, HISTORIOGRAFIA E METODOLOGIA

Uma Historiografia do Consumo e da Cultura Material

A Historiography of Consumption and Material Culture

Natânia Silva Ferreira; DCEC - UESC; nsferreira@uesc.br

Resumo: O objetivo deste artigo é o de contribuir para a compreensão de uma historiografia do consumo e da cultura material. Para isto, serão abordadas autorias que, mais ou menos diretamente, em suas reconstruções históricas, mobilizaram as categorias consumo e cultura material. Dentro da história econômica e social a nível geral, serão destacados os autores Fernand Braudel, Daniel Roche e Neil McKendrick. Dentro da história econômica e social brasileira, serão evidenciados Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Emília Viotti da Costa. Considerando um período que se estende especialmente do século XVII ao XX, os autores citados acima, ao abordarem suas temáticas de estudos, trataram de diferentes elementos materiais da cultura: a alimentação, o vestuário, a moradia, a mobília, as técnicas produtivas, as celebrações religiosas, dentre outros costumes de diferentes classes sociais, que fazem com que possam ser entendidos como historiadores expoentes do consumo e da cultura material.

Palavras-Chave: Consumo. Cultura Material. Historiografia. Brasil.

Abstract: The purpose of this article is to contribute to the understanding of a historiography of consumption and material culture. For this, authors will be approached who, more or less directly, in their historical reconstructions, mobilized the categories of consumption and material culture. Within economic and social history at a general level, authors Fernand Braudel, Daniel Roche and Neil McKendric will be highlighted. Within the Brazilian economic and social history, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre and Emília Viotti da Costa will be highlighted. Considering a period that extends especially from the 17th to the 20th century, the authors mentioned above, when approaching their study themes, dealt with different material elements of culture: food, clothing, housing, furniture, production techniques, religious celebrations, among other customs of different social classes, which allow them to be understood as exponent historians of consumption and material culture.

Keywords: Consumption. Material Culture. Historiography. Brazil.



1. Introdução

A Escola dos *Annales* é um marco importante para a história. A partir do surgimento e da consolidação da revista, os objetos de investigação da história se ampliaram. Uma história “vista de cima”, dos “grandes” acontecimentos, das elites políticas, foi dando espaço, aos poucos, para uma história “vista de baixo”, dos “pequenos”, das pessoas “comuns”. Dentro dos novos estudos da história, a história do cotidiano, dos acontecimentos diários, busca entender os hábitos individuais e os costumes coletivos de diferentes classes sociais, o que envolve a compreensão do consumo e da cultura material desses estratos. Desta forma, o tema central deste texto é consumo e cultura material.

O objetivo do artigo é entender as temáticas com base em autores importantes da história econômica e social a nível geral e considerando autores clássicos da historiografia brasileira que, em seus trabalhos, trabalharam com consumo e cultura material, partindo especialmente do século XVII até o século XX.

Para a análise dos temas consumo e cultura material, este texto conta com cinco seções, além desta Introdução. Na seção 2 serão abordadas reflexões sobre os conceitos de consumo e cultura material. Na seção 3, consumo e cultura material serão descritos especialmente com base em Fernand Braudel, Daniel Roche e Neil McKendric. Na seção de número 4 serão abordados consumo e cultura material considerando clássicos da história brasileira, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, que em seus estudos sobre o Brasil, ao tratarem dos períodos colonial e imperial, sobretudo, escreveram sobre costumes relacionados a alimentação, vestimentas, moradia, técnicas produtivas, celebrações religiosas, dos três povos que compuseram a formação nacional – indígenas, africanos e portugueses. Ainda, na seção 4 serão escritas as contribuições de Emília Viotti da Costa para compreensão de consumo e cultura material na economia cafeeira, pois com base em seus escritos sobre a economia cafeeira fluminense e paulista, a autora pode ser entendida – assim como Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre – como uma historiadora do consumo e da cultura material nacional. Finalmente, a seção 5 deste artigo conta com as Considerações Finais.

2. Reflexões em torno dos termos Consumo e Cultura Material



Os conceitos de consumo e cultura material são comuns a diferentes áreas do conhecimento. Consumo, categoria relevante da Economia, pode ser compreendida também do ponto de vista da Sociologia, da Antropologia e da História. O termo cultura material pode ser analisado, sobretudo, dentro da Arqueologia, da Antropologia e da História. A presente Introdução tratará de consumo com foco na definição do termo para a Economia, a Sociologia e a Antropologia. Cultura material será definida com base, especialmente, na História e na Antropologia.

A noção primeira de consumo remete a uso ou gasto (HOUAISS, 2009). Esta formulação pode ser verificada em dicionários históricos, em que o termo é entendido como “por uso” (SILVA, 2020), “o que se comem” (BLUTEAU, 2020). Na Economia, consumo é também descrito, inicialmente, como uso ou gasto: “utilização, aplicação, uso ou gasto de um bem ou serviço por um indivíduo ou uma empresa”. Avançando na definição econômica, a percepção de consumo diz respeito a fase final do processo produtivo: “É o objetivo e a fase final do processo produtivo, precedida pelas etapas de fabricação, armazenagem, embalagem, distribuição e comercialização” (SANDRONI, 1999, p. 126).

Dentro da perspectiva econômica, o consumo foi analisado por diferentes autores da História do Pensamento Econômico, que trataram do tema de forma mais ou menos direta. É possível citar os Utilitaristas, Jevons (1996), Bentham (1979) e Mill (1996), que trabalharam com a noção de consumo útil e racional, sendo as ideias de tais autores relevantes para discussões de microeconomia. Marshall (1996) e Pareto (1996), economistas neoclássicos, ao tratarem de consumo, contribuíram para a noção de economia do bem-estar. O consumo apareceu na obra de Marx (2011), analisado dentro do ciclo da produção, na crítica que o autor fez à Economia Clássica. Em Keynes, o consumo é variável do modelo da demanda efetiva, sendo influenciado por fatores objetivos (como a renda) e subjetivos (como a propensão marginal a consumir, que é influenciada especialmente pela renda, mas não só por ela, e sim também pelas características psicológicas e hábitos dos indivíduos). Veblen (1965), ao tratar de consumo conspícuo, contribuiu para o entendimento do consumo em diferentes classes sociais.

Dentro da perspectiva social, é possível tratar o consumo como diferenciador de estratos e, assim sendo, vale destacar o pensamento de Veblen (1965). A nota prévia de



Stuart Chase à *Teoria da classe ociosa* deixa clara a visão de consumo de Veblen. Nas palavras de Chase:

A tese é simples. Pessoas acima da linha da mera subsistência (...) não aproveitam o excesso que a sociedade lhes deu, visando primordialmente a propósitos úteis. Não buscam elas expandir suas próprias vidas, viver com mais sabedoria, mais inteligência e mais compreensão, mas buscam impressionar as outras pessoas pelo fato de serem possuidoras desse excesso... Os meios e modos mediante os quais criam essa impressão, Veblen os denomina de *consumo conspicuo*. Consistem, tais meios e modos, em despender dinheiro, tempo e esforço, quase de todo inutilmente, na agradável tarefa de inflar o próprio ego (...) As pessoas superiores dominam seus inferiores em pecúnia mediante gastos supérfluos, à vista do que os inferiores movem céu e terra para melhorar seu status, gastando até o último limite de suas posses. Não faz muito que comprar a prestações proporcionou-lhes uma oportunidade sem paralelo para satisfazer suas ambições (CHASE *In*: VEBLEN, 1965, p. 14-15, grifos do autor).

Veblen tratou de consumo conspicuo frisando distintos estratos, ou seja, o consumo só pode ser considerado conspicuo porque se considera classes diferentes: o que determinada classe tem condições de consumir não é o mesmo que uma outra classe pode obter. Assim, uma classe superior pode consumir em excesso, em detrimento de outra inferior que deseja o consumo da superior. A forma de diferenciação numa sociedade se dá, portanto, também pela ótica do consumo de bens.

A diferenciação de classes sociais foi objeto de estudo de Bourdieu (2011) e alguns conceitos desenvolvidos pelo autor são relevantes para análise de consumo e cultura material: os de *habitus*, gosto e estilos de vida. Segundo o autor, o *habitus*:

é o que faz com que o conjunto das práticas de um agente – ou do conjunto dos agentes que são o produto de condições semelhantes – são sistemáticas por serem o produto da aplicação de esquemas idênticos – ou mutuamente conversíveis – e, ao mesmo tempo, sistematicamente distintas das práticas constitutivas de outro estilo de vida (BOURDIEU, 2011, p. 163).

O *habitus* pode ser compreendido como os hábitos de um indivíduo ou como os costumes de uma classe social, que fazem com que um indivíduo ou uma classe se diferenciem dos demais. O gosto “faz com que as diferenças inscritas na *ordem física* dos corpos tenham acesso à *ordem simbólica* das distinções significantes” (Idem, p. 166, grifos do autor). Um gosto determinado pode pertencer a uma classe e não pertencer a uma outra, “ele opera continuamente a transfiguração das necessidades em estratégias,



das obrigações em preferências, e engendra, fora de qualquer determinação mecânica, o conjunto de “escolhas” constitutivas de *estilos de vida*” (Idem). O *habitus* e os gostos estão por trás dos diferentes padrões de consumo e formam os diferentes estilos de vida. “Os estilos de vida são, assim, os produtos sistemáticos dos *habitus* que, percebidos em suas relações mútuas segundo os esquemas do *habitus*, tornam-se sistemas de sinais socialmente qualificados – como “distintos”, “vulgares”, etc” (Idem, p. 164).

Na visão de Bourdieu, as diferenças sociais entre as classes não se resumem apenas a diferentes níveis de renda mas, sobretudo, ao *habitus* e aos gostos, que formam estilos de vida diferentes¹. Isto significa que, sem depender diretamente da renda, o que é necessidade básica para um grupo social pode ser luxo para um outro grupo social, e a questão de necessidade ou de luxo dependerá, especialmente, do *habitus* e do gosto, que formam um estilo de vida determinado.

Dentro da perspectiva antropológica, salienta-se a antropóloga Mary Douglas e o economista Baron Isherwood, que defendem que o consumo pode ser definido “como o uso de posses materiais que está além do comércio e é livre dentro da lei” e, ainda, “sob esse aspecto, as decisões de consumo se tornam a fonte vital da cultura do momento (...) A cultura evolui e as pessoas desempenham um papel na mudança. O consumo é a própria arena em que a cultura é objeto de lutas que lhe conferem forma” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004, p. 102-103).

Na mesma perspectiva de Douglas e Isherwood, isto é, considerando a cultura, outro autor, McCracken (2003), defendeu uma associação entre consumo e cultura quando afirmou que os bens possuem um significado que vai além do caráter utilitário e comercial, pois carregam em si um significado cultural que é transmitido aos consumidores. O autor desenvolveu uma teoria que demonstra como o significado cultural parte do mundo culturalmente constituído² e chega nos consumidores

¹ “De fato, a *eficácia própria do habitus* é bem visível quando as mesmas rendas estão associadas a consumos muito diferentes compreensíveis apenas no pressuposto da intervenção de princípios de seleção diferentes” (BOURDIEU, 2011, p. 352, grifos do autor).

² “Este é o mundo da experiência cotidiana através do qual o mundo dos fenômenos se apresenta aos sentidos do indivíduo, totalmente moldado pelas crenças e pressupostos de sua cultura. Este mundo foi conformado pela cultura de duas maneiras. A cultura detém as “lentes” através das quais todos os fenômenos são vistos. Ela determina como esses fenômenos serão apresentados e assimilados. Em segundo lugar, a cultura é o “plano de ação” da atividade humana. Ela determina as coordenadas de ação social e da atividade produtiva, especificando os comportamentos e os objetos que delas emanam. Enquanto lente, a cultura determina como o mundo é visto. Enquanto “plano de ação”, ela determina como o mundo será moldado pelo esforço humano” (MCCRACKEN, 2003, p. 100).



individuais. Segundo o autor, de um mundo culturalmente constituído o significado cultural é transferido para os bens de consumo por meio de dois mecanismos: a publicidade e o sistema de moda³. Partindo dos bens de consumo, o significado cultural chega aos consumidores individuais por meio de quatro mecanismos: o ritual de troca; o ritual de posse; o ritual de arrumação; e, o ritual de despojamento⁴.

Consumo, portanto, pode ser compreendido também como uma das facetas da cultura material, como escreveu o antropólogo Daniel Miller (2007). O consumo pode ser percebido como manifestação de uma cultura, em forma de matéria, ou seja, os objetos materiais consumidos (utilizados, gastos) por uma determinada sociedade num contexto específico expressam a sua cultura do ponto de vista material. Desta forma, entende-se que consumo e cultura material são termos que possuem estreita ligação, e ligam-se também à História, o que pode ser entendido por meio da citação de Meneses e Borrego:

A cultura material, reforçada pela tradição que nomeia assim a busca interpretativa dos bens materiais das sociedades, objetiva, em verdade, compreender os elementos materiais da cultura ou a dimensão palpável de uma realidade vivida. E é a partir dessas plataformas de observação que os historiadores e outros cientistas sociais tem buscado compreender as transformações sociais pela leitura das coisas da vida MENESES; BORREGO, 2018, p. 02).

Segundo o historiador Marcelo Rede (2000), “concebeu-se a cultura como a somatória de componentes discretas (ideológica; sociológica; material) distribuídas

³ A publicidade funde um bem de consumo a uma representação do mundo culturalmente constituído na forma de uma propaganda específica. O sistema de moda atua de três formas: transferência por meio de jornal ou revista; transferência por meio de “celebridades” e classes altas, dentre outros; transferência por meio de reforma de significados culturais (este último tipo de transferência ocorre quando o sistema de moda passa por reformas, oriundas de grupos que vivem à margem das sociedades e que representam um “desvio das convenções” sociais) (MCCRACKEN, 2003, p. 106-111).

⁴ “Os rituais de troca são usados para direcionar bens carregados de certas propriedades significativas para indivíduos que, assim o supõe o doador do presente, estão necessitados de tais propriedades. Neste caso, o doador está convidando o receptor a compartilhar das propriedades que o bem possui. Os rituais de posse são empreendidos pelo dono de um bem a fim de estabelecer acesso às suas propriedades significativas; esses rituais são destinados a realizar a transferência das propriedades de um bem para seu dono. Os rituais de arrumação são usados para efetivar a transferência contínua de propriedades perecíveis, propriedades que provavelmente se desvaneceriam quando de posse do consumidor; os rituais de arrumação permitem ao consumidor “refrescar” as propriedades que ele ou ela extraiu dos bens; esses rituais também podem ser usados para manter e “avivar” certas propriedades significativas residentes nos bens. Finalmente, os rituais de despojamento são usados para esvaziar o significado dos bens, a fim de evitar que a perda de significado ou o contágio de significado possa ocorrer” (MCCRACKEN, 2003, p. 119).



estratigraficamente. É tal visão que permitiu a diferenciação entre níveis materiais e imateriais da cultura” (p. 273).

Jean-Marie Pesez (1990), ao tratar da História da Cultura Material, mobilizou conceitos e autores relevantes. O autor associou o termo à arqueologia, sendo cultura material entendida como a “ciência dos artefatos (objetos fabricados)” (p. 202). Realizou uma associação com o marxismo, sendo o termo relacionado ao modo de produção da vida material e às categorias que compõem um modo de produção (meios de produção, meios de trabalho, objetos manufaturados) (p. 188). Cultura material foi também descrito em relação a antropologia (antropologia cultural) (p. 178). Finalmente, vale ressaltar a relação entre cultura material e história, e Pesez (1990, p. 181-184) afirma que a foi a Escola dos *Annales*, com Bloch, Febvre e Braudel, que abriu os caminhos da história para a cultura material – bem como para outros estudos – com temas do que seria entendido como a “história vista de baixo”, frisando a paisagem rural de camponeses, a etnologia, a história da alimentação, “as estruturas do cotidiano” de diferentes locais do mundo.

3. Consumo e Cultura Material na História Econômica

Tratando de História Econômica a nível geral, quando o assunto é cultura material, um expoente da temática é Fernand Braudel (1997). Na introdução de *Civilização material, economia e capitalismo (séculos XV-XVIII)*, o autor escreveu:

Acontece que uma zona de opacidade, muitas vezes difícil de observar por falta de documentação histórica suficiente, se estende sob o mercado: é a atividade elementar de base que se encontra por toda a parte e cujo volume é simplesmente fantástico. À falta de termo melhor, denominei essa zona espessa, rente ao chão, de *vida material* ou *civilização material*. É evidente a ambiguidade da expressão. Mas, se a minha maneira de ver o passado for partilhada, como parece ser para o presente, por certos economistas, imagino que mais dia menos dia acabaremos por encontrar uma etiqueta mais adequada para designar esta infra-economia, esta outra metade informal da atividade econômica, a da auto-suficiência da troca dos produtos e dos serviços num raio muito curto (BRAUDEL, 1997, Vol 1, p. 12, grifos do autor).

Outro autor importante que tratou da vida material foi historiador francês Daniel Roche. Sua visão acerca do tema não diverge totalmente da visão de Braudel, porém, fez uma crítica à *Civilização material*:



Os objetos, as relações físicas ou humanas que eles criam não podem se reduzir a uma simples materialidade, nem a simples instrumentos de comunicação ou de distinção social. Eles não pertencem apenas ao porão ou ao sótão, ou então simultaneamente aos dois, e devemos recolocá-los em redes de abstração e sensibilidade essenciais à compreensão dos fatos sociais. Sem dúvida, na história a vida material estabelece “os limites do possível e do impossível”, como desejava Braudel, mas ela o faz na imbricação de contextos sociais de informações e de comunicações que organizam a significação das coisas e dos bens (...) (ROCHE, 2000, p. 13).

A divisão de *Civilização material, economia e capitalismo (séculos XV-XVIII)* em três partes mostra que a civilização material (ou a cultura material) corresponde especialmente ao “primeiro andar” da sociedade, que está, de certa forma, separado das outras esferas (a economia e o capitalismo). Escreveu Braudel que “este esquema tripartido, que lentamente se foi esboçando diante de mim à medida que os elementos de observação se ordenavam praticamente por si, é provavelmente o que os meus leitores acharão mais discutível na presente obra” (BRAUDEL, 1997, Vol 1, p. 12).

Nas palavras de Roche:

da vida material à economia de mercado, desta ao desenvolvimento do capitalismo, a realidade se constrói por estratos superpostos que se articulam entre si, mas permanecem, em parte, dissociados: o estrato da vida material se esquia do domínio da civilização do mercado; tempo e espaços têm sua própria dinâmica (ROCHE, 2000, p. 16).

Ainda que Braudel não tenha ressaltado uma conexão mais precisa entre a civilização material (estruturas do cotidiano), a economia (os jogos das trocas) e o capitalismo (o tempo do mundo), seu trabalho é de suma importância, já que o autor tratou do cotidiano⁵, analisando especificidades do consumo e da cultura material de diferentes partes do mundo. No primeiro volume de *Civilização material, economia e capitalismo (séculos XV-XVIII)* por exemplo, Braudel dedicou um capítulo ao “supérfluo e o costumeiro: alimentos e bebidas” e um outro capítulo ao “supérfluo e o costumeiro: o *habitat*, o vestuário e a moda”, que são capítulos que retrataram aspectos de cultura material de distintas localidades, com destaque para a Europa.

⁵ “Para Certeau, por exemplo, o cotidiano se compõe de numerosas práticas ordinárias e inventivas e não seguem necessariamente padrões impostos por autoridades políticas ou institucionais. Já para Agnes Heller, a vida cotidiana é a vida de todo homem, e todos já nascem inseridos na sua cotidianidade, na qual participam com toda sua personalidade: com todos os sentidos, capacidades intelectuais, habilidades manipulativas, sentimentos, paixões, ideias, ideologias. Heller identifica e delimita as partes que constituiriam a vida cotidiana como a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação” (SILVA; SILVA, 2015, p. 75-76).



De igual maneira, o trabalho de Roche é relevante porque o autor tratou da vida cotidiana⁶ e do consumo. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*, especialmente na segunda parte da obra, destacou o que foi denominado por seu escritor de “a vida comum”, envolvendo tópicos como as casas rurais e urbanas, os móveis e objetos, o vestuário e a aparência, o pão, o vinho e o paladar (ROCHE, 2000, segunda parte: a vida comum).

No cotidiano, portanto, na repetição, no miúdo, nas permanências e singularidades, encontramos a própria história, a síntese da produção e da reprodução da existência em todas as suas dimensões, o que implica, necessariamente, em um ponto de chegada, mas, como a história não é imóvel nem o cotidiano o é, implica também em um ponto de partida, daí ser igualmente mudança e movimento, abrindo caminhos, rompendo com o peso do passado (BLAJ *In*: CANDIDO, 1998, p. 31).

Os autores principais que citamos acima, Braudel e Roche, se debruçaram sobre a temática de cultura material, deixando clara a relevância do tema para a História e contribuindo para o entendimento teórico. De acordo com Roche,

Duas razões principais se conjugam atualmente para que nos interessemos pela história da civilização material, da cultura material, da vida cotidiana. Primeiramente, é um meio de contribuir para uma releitura mais geral da história econômica e social – de sermos fiéis às nossas origens intelectuais pessoais (...) Em seguida, essa história intelectual e cultural desejaria explicar os fenômenos da vida que, individual ou coletivamente, dizem respeito à apropriação (ROCHE, 2000, p. 11-12).

Trabalhar os fenômenos que dizem respeito à apropriação envolve trabalhar com produção e consumo. Nas palavras de Roche (2000, p. 12): “Por esta razão é que não opomos produção a consumo, dimensão econômica a distribuição social (...)”. A apropriação envolve o consumo, mas também a produção do que foi consumido⁷.

⁶ Há uma discussão a respeito dos termos vida privada e vida cotidiana, que pode ser vista com detalhes em VAINFAS, 1996. Compartilha-se aqui da mesma ótica do autor citado: “Cotidiano é conceito que diz respeito ao tempo, sobretudo ao tempo longo, seja no plano da vida material, seja no plano das mentalidades ou da cultura, embora possa ser operacionalizado na dimensão restrita de uma cidade, uma região, um segmento social, um grupo socioprofissional. Mas é conceito mais passível de ligar-se às estruturas e ao social global, como indica aliás parte da historiografia que o adota. Vida privada é conceito mais explicitamente ligado à domesticidade, à familiaridade ou a espaços restritos que podem emular a privacidade análoga à que se atribui à família a partir do século XIX. Não vejo, porém, razão para pensá-los como necessariamente excludentes, uma vez que a dimensão da familiaridade ou da intimidade pode ou deve ser perfeitamente percebida na cotidianidade (...)” (p. 14).

⁷ Vale ressaltar que não entende-se, neste trabalho, o consumo de forma passiva em relação à produção: “É preciso que fique claramente estabelecido desde o início que o consumo é um modo ativo de relação



Contribuição importante para a história do consumo e da cultura material é a de Neil McKendrick, tendo escrito, em 1982, *The Consumer Revolution of Eighteenth-Century England*, numa coletânea de trabalhos organizada por ele e mais dois autores⁸. Naquele texto, McKendrick desenvolveu a noção de Revolução do Consumo e afirmou que foi a partir da Revolução Industrial inglesa que novas preferências passaram a fazer parte da vida dos consumidores⁹. A Revolução inglesa, para o autor, teria originado uma revolução no consumo:

Assim como a revolução industrial do século XVIII marca uma das grandes descontinuidades na história... assim também o faz, de meu ponto de vista, a revolução correlata no consumo. Porque a revolução do consumidor foi o análogo necessário da revolução industrial, a convulsão necessária, no lado da demanda, da equação que tinha, no outro lado, a convulsão na oferta (MCKENDRICK *In*: MCKENDRICK; BREWER; PLUMB, 1982).

Importante salientar que McKendrick chama atenção para que a primeira Revolução Industrial (e isso vale também para as outras que surgiram depois dela) seja pensada não apenas do ponto de vista da produção, e sim também do consumo. Entretanto, se com a primeira Revolução Industrial *novas* preferências passaram a fazer parte da vida das pessoas, antes dela as *antigas* preferências faziam parte de núcleos sociais e familiares, dando ao consumo uma dimensão comum do cotidiano:

O consumo já era uma realidade bem antes da revolução industrial e comercial iniciada no século XVIII. Ele era inseparável da dimensão familiar na qual as despesas não se organizavam em volta do indivíduo, agente econômico isolado, e sim do conjunto pais-filhos, essa coletividade dinâmica na qual se construíam as identidades individuais, principalmente antes da escolaridade ampliada e maciça (ROCHE, 2000, p. 31).

(não apenas com os objetos mas com a coletividade e com o mundo), um modo de atividade sistemática e de resposta global no qual se funda todo nosso sistema cultural” (BAUDRILLARD, 2015, p. 205-206).

⁸ MCKENDRICK, Neil. “The Consumer Revolution of Eighteenth-Century England”. In: MCKENDRICK, Neil; BREWER, John; PLUMB, John Harold. *The Birth of a Consumer Society: the Commercialization of Eighteenth Century England*. Bloomington, Indiana University Press, 1982.

⁹ “O crescente domínio do capital sobre o trabalho no processo de trabalho, assim como a especialização do trabalhador e dos instrumentos de trabalho, a alienação daí decorrente, a revolução industrial, o crescimento das empresas, a burocratização e a separação entre capital e controle, o desenvolvimento do crédito, da publicidade, do marketing e da indústria cultural são elos importantes para a compreensão do desenvolvimento de uma sociedade de produção e consumo de massas e de uma cultura do consumidor” (TASCHNER, 1996-97, p. 28).



Dentro da História Econômica brasileira, é possível ressaltar autores que, mais ou menos diretamente, trataram de consumo e cultura material, envolvendo diferentes realidades brasileiras.

4. Consumo e Cultura Material na História Econômica Brasileira

Se pensarmos em hábitos, gostos e estilos de vida, em alterações de práticas de consumo para o contexto brasileiro, podemos ressaltar primeiramente o momento da chegada da corte portuguesa.

Entre 1808, com a abertura dos portos, e 1850, no auge da centralização imperial, modificara-se a pacata, fechada e obsoleta sociedade. O país europeizava-se, para escândalo de muitos, iniciando um período de progresso rápido, progresso conscientemente provocado, sob moldes ingleses. O vestuário, a alimentação, a mobília mostram, no ingênuo deslumbramento, a subversão dos hábitos lusos, vagarosamente rompidos com os valores culturais que a presença europeia infiltrava, juntamente com as mercadorias importadas. O contato litorâneo das duas culturas, uma dominante já no período final da segregação colonial, articula-se no ajustamento das economias. Ao Estado, a realidade mais ativa da estrutura social, coube o papel de intermediar o impacto estrangeiro, reduzindo-o à temperatura e à velocidade nativas (FAORO, 2000, p. 03).

Ainda que apenas a corte e as elites usufríssem inicialmente das transformações nos padrões de consumo e costumes de vida, aquele pode ser considerado um momento de transformações no cotidiano brasileiro. Cotidiano brasileiro que, embora tenha se transformado com a chegada da corte, vale ressaltar, possuía uma história do consumo e da cultura material em constante movimento desde a colonização, o que pode ser compreendido por meio da leitura de expoentes da história brasileira.

4.1. Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre: clássicos do consumo e da cultura material no Brasil

Considera-se Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre como historiadores clássicos do consumo e da cultura material porque os autores, ao reconstruírem a história do Brasil, partindo do momento da colonização portuguesa, trataram da temática, ainda que seus objetivos principais não tenham sido escrever sobre consumo e cultura material. Sérgio Buarque de Holanda, ao escrever sobre as monções, caminhos e fronteiras, e Gilberto Freyre, ao escrever sobre a casa grande e a senzala, sobre os sobrados e os mocambos, escreveram também sobre o cotidiano da sociedade brasileira,



sobre hábitos individuais e costumes coletivos, sobre a alimentação, o vestuário, a moradia, as religiões, as festas, ou seja, escreveram sobre consumo e cultura, material e imaterial, de uma sociedade rica do ponto de vista social e cultural, formada pela ligação de três povos distintos: indígenas, africanos e portugueses.

Sérgio Buarque de Holanda, em *Monções* (2014), trata de elementos de consumo e cultura material retratando o Brasil desde o período da colonização. No capítulo 1, “Os caminhos do sertão”, ao mencionar a terra povoada quando da chegada dos portugueses e africanos, o autor tratou de alimentação (especialmente com foco na cana-de-açúcar), técnicas produtivas e costumes sociais que se formavam com a junção de três povos que conviveriam no país, cada grupo ocupando posições distintas na sociedade que se formava.

No segundo capítulo do livro, “O transporte fluvial”, Holanda (2014), ao tratar do transporte considerando diferentes regiões do país, trata também de elementos materiais daquela cultura, o que pode ser compreendido por meio da passagem descrita a seguir:

A variedade nas dimensões e sobretudo na largura das canoas parece decorrer antes de diferenças na vegetação do que de qualquer outro motivo. Se é certo, por um lado, que a forma de embarcação ordinariamente adotada nas monções do Cuiabá resultaria ser a mais cômoda para a navegação em cursos d'água pouco volumosos (...) parece indiscutível que ela foi sugerida e imposta, acima de tudo, pelas formas florestais típicas do vale do Tietê (HOLANDA, 2014, p. 24).

Ao tratar da mineração em Cuiabá, no capítulo terceiro de *Monções*, “Ouro”, escreveu o autor: “Seja como for, a notícia do achado das minas do Cuiabá, levada a São Paulo pelo portador das quatro arrobas de ouro, produziu alvoroço geral na população” (2014, p. 32). No referido capítulo, o autor descreveu o contexto do “achado das minas”, ressaltando uma cultura material da alimentação, mencionando as roças de milho, feijão, abóbora, banana, mandioca e cana-de-açúcar em Cuiabá, este último alimento tendo seu cultivo iniciado em 1728 e tendo se transformado em produto de comercialização, por meio da aguardente, em 1729. “A aguardente, fonte notória de muitos males, também era remédio eficaz para quase todas as doenças”, pelo menos em Cuiabá, pois na localidade, “teve o dom de sustar a mortandade dos escravos, curar enfermos (...) e fazer diminuir as hidropisias e inflamações de barrigas e pernas”



(HOLANDA, 2014, p. 33). Ainda, o autor citou a criação de animais, como porcos, galinhas e gado (Idem).

A alimentação também figurou no sexto capítulo de *Monções*, “Comércio de Cuiabá”, em que Holanda, ao tratar da comercialização de bens, retratou também os costumes locais relacionados ao comércio, como o horário de realização das navegações, feitas, normalmente, “das oito horas da manhã às cinco da tarde, quando as canoas embicavam pelos barrancos e eram presas a troncos de árvores, com o auxílio de cordas ou cipós” (HOLANDA, 2014, p. 57). Pela leitura do capítulo, é possível refletir sobre a circulação e o consumo de alimentos na localidade, sendo citados pelo autor a farinha de milho e de mandioca, o arroz, o toucinho, dentre outros, bem como as formas de consumo de tais alimentos, que passariam por transformações ao longo do tempo.

No capítulo 4 de *Monções*, “Sertanistas e mareantes”, Sérgio Buarque de Holanda (2014), ao escrever sobre o comércio da região de Cuiabá, mencionou outro elemento de consumo e cultura material: a vestimenta, no contexto do trajeto da comercialização de bens: “As vestimentas usadas durante o trajeto não deviam destoar dessa simplicidade rústica. É verdade que algum comerciante mais abastado não abandonaria jamais seu robicão solene ou seu casaco de gola larga, acompanhando o clássico chapéu de Braga” (HOLANDA, 2014, p. 42).

No quinto capítulo, “As estradas móveis”, o autor tratou dos rios os quais se fazia o transporte de pessoas e mercadorias, da região de Cuiabá para outras localidades do Brasil, e mobilizou outros elementos de cultura material, isto é, as moradias dos diferentes grupos sociais: “Na sede da fazenda, além das casas de sobrado telhadas e outras menores, de pau a pique, cobertas de sapé e capazes de acomodar muita gente, existia capela e senzala de escravos, tudo disposto desordenadamente, em volta de um largo pátio” (HOLANDA, 2014, p. 50).

Sérgio Buarque de Holanda foi descrito como historiador da cultura material por Ilana Blaj (1998) e, realmente, a autora tem razão. Em *Moções*, por exemplo, Holanda mobilizou a alimentação, o vestuário, detalhes de moradias e técnicas produtivas de um cotidiano específico num tempo histórico determinado. De forma geral, Holanda tratou do cotidiano, categoria de grande relevância para o consumo e a cultura material de uma sociedade.



Em *Caminhos e Fronteiras* (1994), Sérgio Buarque de Holanda também mobiliza elementos materiais de uma cultura em formação, a brasileira, partindo do período da colonização, no livro dividido em três grandes partes: “Índios e mamelucos”, “Técnicas rurais” e “O fio e a teia”. Na primeira parte do livro, encontram-se, dentre outros capítulos, um que tratou da cera e do mel, em que se abordaram, dentre outros assuntos, costumes relacionados ao consumo de tais produtos; um capítulo que tratou de caça e pesca, costume comum no Brasil; um capítulo que averiguou botica da natureza e um outro que tratou de “frechas, feras, febres”, em que se ressaltou a análise da alimentação e das doenças presentes na época. Nas outras duas partes de *Caminhos e Fronteiras*, Holanda tratou de técnicas de trabalho domésticas e sua evolução ao longo do tempo, bem como, de instrumentos de trabalho presentes na sociedade da época.

Por meio das duas obras citadas do autor – *Monções e Caminhos e Fronteiras* –, é possível afirmar que Holanda realmente foi um historiador que mobilizou a cultura material dentro da história do Brasil. As palavras do autor fazem com que se afirme ainda mais que seus escritos contribuem para o entendimento de consumo e cultura material na formação histórica e econômica do Brasil:

Para a análise histórica das influências que podem transformar os modos de vida de uma sociedade é preciso nunca perder de vista a presença, no interior do corpo social, de fatores que ajudam a admitir ou a rejeitar a instrução de hábitos, condutas, técnicas e instituições estranhos à sua herança de cultura (HOLANDA, 1994, p. 54).

Outro autor de suma relevância para a história brasileira é Gilberto Freyre. Em *Casa Grande e Senzala* (2003), o autor escreveu sobre a formação da família brasileira sob o regime patriarcal. Assim como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre partiu da colonização brasileira, tratando das características gerais do processo em uma sociedade agrária cujas culturas distintas – de indígenas, africanos e portugueses – conviveriam no novo país colonizado.

Para estudar o Brasil da casa grande e da senzala, Freyre (2003) mobilizou diversas fontes primárias, como atas de Câmara, relatórios governamentais, álbuns e almanaques nacionais e regionais, anais de congressos de medicina, autobiografias, relatórios de governos, recortes de jornais e de revistas, além de uma infinidade de outras fontes que possibilitam a apreensão de uma história do consumo e da cultura material e, ainda, uma história vista de baixo na sociedade em formação. Vale ressaltar



que Gilberto Freyre utilizou diferentes imagens que os olhos atentos ao livro compreenderão que retrataram detalhes de costumes sociais da época, como o de alimentação e vestuário, num cotidiano onde indígenas, africanos e portugueses viviam conjuntamente, com suas culturas distintas que, com o passar do tempo, se transformavam.

Assim fazendo, Gilberto Freyre inova nas análises sociais da época: sua sociologia incorpora a vida cotidiana. Não apenas a vida pública ou o exercício de funções sociais definidas (do senhor de engenho, do latifundiário, do escravo, do bacharel), mas a vida privada. Hoje ninguém mais se espanta com a sociologia da vida privada. Há até histórias famosas sobre a vida cotidiana. Mas nos anos 30, descrever a cozinha, os gostos alimentares, mesmo a arquitetura e, sobretudo, a vida sexual, era inusitado (CARDOSO *In*: FREYRE, 2003, p. 21).

Ao tratar da família brasileira, Freyre (2003) destacou o indígena na formação dessa família, chamando atenção para uma reflexão a respeito do que significou para os indígenas a chegada dos portugueses, impondo uma cultura e uma religião diferentes dos costumes já comuns na terra ainda não colonizada (cap. 1). Partindo dessa reflexão proposta pelo autor, vale pensar também no que significou para o africano escravizado a presença dos portugueses, da mesma forma, impondo uma cultura e uma religião diferentes daquelas em que estavam acostumados antes da chegada no Brasil, onde seus papéis sociais seriam diferentes dos desempenhados na África; um choque da realidade. Consumo e cultura material daqueles grupos em especial (indígenas e africanos), foram transformados em grande parte, em um regime de trabalho diverso do que estavam acostumados antes do contato com os europeus.

Se as culturas indígena e africana foram transformadas pelas imposições portuguesas, vale salientar que portugueses também tiveram costumes transformados pelas culturas indígena e africanas. No capítulo 3 de *Casa Grande e Senzala*, “O colonizador português: antecedentes e predisposições”, é possível compreender que as transformações também se aplicam à cultura portuguesa:

Diversos outros valores materiais, absorvidos da cultura moura ou árabe pelos portugueses, transmitiram-se ao Brasil: a arte do azulejo que tanto relevo tomou em nossas igrejas, conventos, residências, banheiros, bicas e chafarizes; a telha mourisca; a janela quadriculada ou em xadrez; a gelosia; o abalcoado; as paredes grossas. Também o conhecimento de vários quitutes e processos culinários; certo gosto pelas comidas oleosas, gordas, ricas em açúcar. O cuscuz, hoje tão brasileiro, é de origem norte-africana (FREYRE, 2003, p. 299).



Assim, é possível afirmar uma cultura material em movimento, onde três grupos principais – indígenas, africanos e portugueses – protagonizavam o cenário então vigente. Ainda considerando o capítulo em que Freyre tratou do colonizador, este que em muitos casos se tornou o senhor de escravizados diversos, vale frisar que “ao descrever os hábitos do senhor, do patriarca e de sua família, por mais que a análise seja edulcorada, ela revela não só a condição social do patriarca”, visto que ele vivia rodeado de outras pessoas, que faziam parte de seu cotidiano. Portanto, ao tratar dos hábitos da casa grande, Freyre tratava também dos hábitos da senzala, “das mucamas, dos moleques de brinquedo, das mulatas apetitosas, enfim, desvenda a trama social existente. E nesse desvendar, aparecem fortemente o sadismo e a crueldade dos senhores (...)” (CARDOSO *In*: FREYRE, 2003, p. 22).

Ao analisar “o escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro”, nos capítulos 4 e 5 de *Casa Grande a Senzala*, Freyre escreveu sobre a relevância dos negros para a história e economia do Brasil, indo de encontro com a tese a respeito da inferioridade dos africanos em relação aos colonizadores. Nas palavras de Freyre:

O Brasil não se limitou a recolher da África a lama de gente preta que lhe fecundou os canaviais e os cafezais; que lhe amaciou a terra seca; que lhe completou a riqueza das manchas de massapê. Vieram-lhe da África “donas de casa” para seus colonos sem mulher branca; técnicos para as minas; artífices em ferro; negros entendidos na criação de gado e na indústria pastoril; comerciantes de panos e sabão; mestres, sacerdotes e tiradores de reza maometanos (FREYRE, 2003, p. 391).

No capítulo, Freyre (2003, p. 297) escreveu sobre como as análises referentes aos africanos no Brasil sempre remeteram à sua condição de escravizados, e não de pessoas por si sós, que possuíam desejos, costumes, crenças religiosas, hábitos alimentares e de vestuário, dentre outros comuns na sociedade africana. Assim, escreveu o autor que os negros maometanos no Brasil, distribuídos pelas senzalas das casas grandes do Brasil colonial, não perderam o contato com a África: “os Nagô, por exemplo, do reino de Ioruba, deram-se ao luxo de importar, tanto quanto os maometanos, objetos de culto religioso e de uso pessoal. Noz-de-cola, cauris, pano e sabão- da-costa, azeite-de-dendê (FREYRE, 2003, p. 295).

Freyre escreveu também sobre vestuário e alimentação, retratando costumes da época: A respeito de vestuário, vale frisar a falta de adaptação de trajes ao clima brasileiro. Nas palavras do autor: “A falta de adaptação do trajo brasileiro ao clima



prolongou-se, porém, ao século XIX. Acentuou-se, mesmo. Homens, mulheres e até meninos continuaram a vestir-se para a missa, para as visitas e para ir ao colégio como se um eterno luto de mães os obrigasse ao preto felpudo, espinhento e solene” (FREYRE, 2003, p. 504). Costumes do século XIX que se manteriam ou se ressignificariam ao longo do tempo:

Os homens, de cartola desde sete horas da manhã. Até os princípios do século XX os estudantes de direito em São Paulo e em Olinda, os de medicina no Rio e na Bahia, os médicos, os advogados, os professores, só achavam jeito de andar de cartola e sobrecasaca preta. Um ou outro chapéu-do-chile mais afoito branquejou no meio desse preto ortodoxo de cartolas. A transigência dos doutores e dos fidalgos com o clima tropical foi se fazendo de baixo para cima: pelas calças brancas. Desde meados do século XIX que começaram a usá-las na Bahia e no Recife os armazenados de açúcar ou de café, os altos funcionários públicos, os médicos, advogados, professores (Idem, p. 504-505).

Sobre a cozinha brasileira, Gilberto Freyre ressaltou que recebeu grande influência da cultura africana, ressaltando a fruta-pão cozida; certos cactos de gosto doce e também cozidos; o azeite de dendê a pimenta, o caruru, o quibebe (Idem, p. 546-547).

Sobrados e Mucambos, da mesma forma, foi uma obra importante para a compreensão de consumo e cultura material na formação da sociedade brasileira. Nas palavras de seu autor: “A tentativa de reconstituição e de interpretação de certos aspectos mais íntimos da história social da família brasileira, iniciada em trabalho anterior, é agora continuada, dentro do mesmo critério e da mesma técnica de estudo” (FREYRE, 2013, p. 17).

Em *Sobrados e Mucambos*, Freyre tratou de mudanças na paisagem social que havia analisado em *Casa Grande e Senzala*. As casas grandes se urbanizaram, parecendo-se com sobrados europeus, e as senzalas reduziram-se quase a quartos “de criado”. Os cortiços cresceram ao lado dos sobrados, mas quase sem comunicação com estes. Do ponto de vista religioso, afirmou Freyre que os xangôs diferenciaram-se mais da religião católica do que nos engenhos e nas fazendas. Tratar das transformações nas moradias e da religião, diz respeito a cultura material, assim como tratar de costumes, que mobilizam consumo e cultura material. Ao escrever sobre momentos de



confraternização da sociedade brasileira, Freyre destacou a procissão, a festa de igreja, o entrudo, o carnaval (FREYRE, 2013, p. 19).

Consumo e cultura material na história brasileira desenvolviam-se, passavam por transformações, sendo também delimitadores de classes sociais. Os espaços não eram utilizados por toda a sociedade, mas por aquelas pessoas cuja ocupação social e trajes eram condizentes com tais espaços ocupados. Freyre escreveu que jardins, passeios públicos, praças sombreadas por gameleiras, “se limitaram ao uso e gozo da gente de botina, de cartola, de gravata, de chapéu de sol – insígnias de classe e ao mesmo tempo de raça, mas principalmente de classe, no Brasil do século XIX e até dos princípios do século atual [século XX]” (FREYRE, 2013, p. 19).

Ao escrever sobre as diferenças entre as classes sociais, Gilberto Freyre deixa explícitos detalhes sobre a cultura material daquelas classes, seja pelos costumes, seja pela composição das vestimentas¹⁰. Por meio da leitura da passagem abaixo, é possível ter em mente as diferenças de classes – que dizem respeito às diferenças raciais – com base na composição dos trajes (ou, em alguns casos, falta deles):

Não só aos negros de pé no chão – grandes pés, chatos e esparramados, alguns de dedos torados pelo ainhum, outros roídos de aritim ou inchados de bicho – como aos próprios caixeiros de chinelo de tapete e cabelo cortado à escovinha e até aos portugueses gordos de tamanco e cara rapada estavam fechados aqueles jardins e passeios chamados públicos, aquelas calçadas de ruas nobres, por onde os homens de posição, senhores de barba fechada ou de suíças, de botinas de bico fino, de cartola, de gravata, ostentavam todas essas insígnias de raça superior, de classe dominadora, de sexo privilegiado, à sombra de chapéus de sol quase de reis. Chapéus de sol de seda preta e cabo de ouro (FREYRE, 2013, p. 20).

Ao reconstruir a história brasileira, assim como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre também reconstruiu uma história do consumo e da cultura material, contribuindo, portanto, para uma historiografia da temática, que se iniciou com a colonização dos portugueses, passando pelo entrelaçamento das culturas indígena, portuguesa e africana e se transformando, chegando até a atualidade.

¹⁰ Nas estruturas sociais dos países menos desenvolvidos, não é difícil reconhecer diferentes estilos de consumo. Esses estilos, em geral, correspondem a níveis muito diferentes de renda, e a uma estratificação muito óbvia da sociedade: os grandes proprietários de terra e os oficiais do Estado, depois os camponeses e, finalmente, os trabalhadores sem terras, cada círculo ou camada usando seu conjunto apropriado de bens (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004, p. 245).



4.2. *Emília Viotti da Costa: consumo e cultura material na economia cafeeira brasileira*

Emília Viotti da Costa pode ser considerada uma grande historiadora brasileira, considerando a produção acadêmica e as temáticas abordadas dentro da historiografia nacional. Ao reconstruir a história do Brasil, é possível encontrar em seus escritos uma história do consumo e da cultura material, sobretudo considerando a economia cafeeira, tanto fluminense como paulista.

Emília Viotti da Costa, ao ter escrito *Da Senzala à Colônia* (1982), fez uma história do consumo e da cultura material se atentando para a parte II do livro, “condições de vida nas zonas cafeeiras”, especialmente no caso do capítulo 1, intitulado Aspectos da Vida do Escravo nas Zonas Urbana e Rural. Ao tratar do cotidiano dos escravizados, especialmente os que trabalhavam no espaço rural, Emília Viotti da Costa ressaltou, dentre outros elementos de cultura material, a alimentação, a vestimenta, os materiais utilizados na construção das senzalas e o mobiliário interno e, finalmente, os costumes, como os referentes às músicas e à religião.

Costa escreveu sobre como os escravizados, que viviam à margem da sociedade, se vestiam: a maioria descalça e “miseravelmente vestida”. As mulheres com vestes de tecido grosseiro e a cabeça “envolva num pano, em forma de turbante”. As escravizadas libertas eram as que “melhor se aparentavam”, utilizando alguns enfeites e joias, fina camisa guarnecida de renda, saia de musselina branca sobre outra de cores vistosas, turbantes na cabeça, sapatos altos, parecendo-se com tamancos, rústicas pulseiras nos braços, anéis nos dedos, colares no pescoço. “Constituíam essas negras reduzida minoria, que atraía atenção do estrangeiro”. Já os homens escravizados, “traziam o dorso nu e uma calça de riscado” (COSTA, 1982, p. 214).

Segundo a autora, tanto na cidade como no campo os escravizados trabalhavam ao som de uma toada rítmica ou de chocalho, “cantavam os barqueiros, cantavam os carregadores” (Idem, p. 215). Entretanto, alguns costumes e atividades eram diferentes dependendo do local de trabalho do escravizado: zona urbana ou zona rural.

Na primeira parte do capítulo, Emília Viotti da Costa tratou do “escravo urbano”. No Rio de Janeiro, os escravizados se aglomeravam nas praças ou junto aos chafarizes nas horas de repouso, fazendo batucadas com instrumentos improvisados: cacos de pratos, pedaços de ferro, conchas ou pedras, latas e paus. Foi estabelecido no Rio de Janeiro um regulamento, proibindo que fizessem barulho (Idem).



Para a venda de mercadorias nas ruas, “eram escolhidas, em geral, as negras de melhor aparência”, que levavam, frequentemente consigo, crianças, às costas. Os escravizados vendedores se situavam nos pontos mais estratégicos da cidade, permanecendo por horas, juntando-se aos ambulantes: barbeiros, vendedores de aves, ovos, leite, palmito, lenha, frutas, flores, bolos e doces (Idem, p. 215-216).

Por toda parte, em todos os ofícios, encontrava-se o escravizado: pedreiros, carpinteiros, sapateiros, funileiros, barqueiros, carregadores. “De manhã, saíam os cativos. Às seis horas, já era grande o movimento nas ruas. Às dez, voltavam à casa dos patrões, onde almoçavam para depois regressar ao trabalho. Às seis da tarde, estavam de volta. Poucos eram aqueles que ainda tinham alguma folga depois dessa hora” (Idem, p. 215).

Os escravizados deslocavam-se pelas ruas, mas suas atividades eram todas regulamentadas: não podiam andar à noite sem bilhete de seu senhor, não podiam vender nenhuma mercadoria sem sua autorização, nem utilizar condução coletiva, dentre outras atividades comuns do cotidiano (Idem, p. 218).

Afirmou Costa (1982, p. 219) que “nas cidades, as ocasiões de sobrevivência dos ritos africanos eram maiores que nas zonas rurais, dada a concentração de escravos da mesma nação, e a relativa liberdade com que se deslocavam de um para outro lado”. Enquanto algumas festas perdiam significado, como as festas de fecundidade ou as festas agrárias, deuses africanos se mantinham cada vez mais presentes no cotidiano de escravizados, como Ogum, deus da guerra; Xangô, deus da justiça; Exu, deus da vingança (Idem, p. 220).

Nas palavras de Emília Viotti da Costa:

Nas cidades, as confrarias reuniam pretos livres e escravos e, na segunda metade do século XIX, quando as libertações se intensificaram e o número de negros livres aumentou, assumiram uma importância não só religiosa como social, organizando caixas de auxílio mútuo e participando do movimento abolicionista. Dessas, a principal foi a Confraria de Nossa Senhora do Rosário (COSTA, 1982, p. 220).

A festa de Nossa Senhora do Rosário era de grande relevância para os negros, que durante as celebrações, “pareciam escapar momentaneamente à situação de oprimidos” (Idem, p. 222). Emília Viotti da Costa retratou sobretudo o cotidiano de escravizados e recém libertos do Rio de Janeiro e de São Paulo, mas escreveu que, em



se tratando de religião, “nada houve que se comparasse às práticas religiosas do Nordeste ou da Bahia, onde era maciça a concentração de negros provenientes das regiões em que prevalecia o culto islâmico” (Idem, p. 223).

A respeito dos escravizados do meio rural, Emília Viotti da Costa escreveu que “muito diversas parecem ser as condições de vida nas zonas rurais”. Os senhores, preocupados com a manutenção do rendimento do trabalho, “procuravam conferir aos seus negros um regime alimentar e uma assistência sanitária razoáveis”, o que não fazia com que os escravizados fossem tratados como pessoas, da mesma forma que os brancos. No campo, imperava a livre autoridade do senhor. Ele representava a igreja, a justiça, a força política e militar (Idem, p. 229).

Na zona rural, os escravizados trabalhavam em média de quinze a dezoito horas por dia. De madrugada já estavam em filas, apresentando-se para as atividades diárias. Os carros de bois levavam-nos para os cafezais mais distantes. Para os locais mais próximos iam a pé, com a enxada no ombro. Fazendo sol ou chuva, o trabalho era mantido intermitente, sob as vistas dos feitores (Idem). Fazia parte do costume as músicas enquanto o trabalho era realizado:

Cantigas ritmadas acompanhavam o movimento das enxadas: jongs, canções inspiradas nos acontecimentos miúdos da vida quotidiana, falando de senhores e escravos, de feitores e iaiás, cantadas em duas ou mais vozes, às vezes numa mistura de palavras portuguesas e africanas (COSTA, 1982, p. 229-230).

Entre nove e dez horas era hora do almoço. Vale a pena reproduzir aqui as palavras de Emília Viotti da Costa, a respeito da alimentação que, da forma descrita abaixo, era uma exceção, considerando que muitos escravizados comiam bem menos do que o necessário:

As cozinheiras preparavam a refeição ao ar livre, em grandes caldeirões. Consistia, em geral, de feijão, angu, e farinha de mandioca, às vezes enriquecida de um pedaço de carne seca: 150 g de xarque, abóbora, inhame etc. Em algumas propriedades maiores, o alimento era mais rico: angu, canjica, feijão preto, toicinho ou carne seca, farinha de mandioca e frutas: laranjas, bananas, mamão e goiabas. Nas fazendas mais pobres, reduzia-se a feijão, um pouco de farinha de mandioca umedecida, laranjas e bananas” (COSTA, 1982, p. 230).

Porém, o sustento dos escravizados era, em geral, inferior às suas necessidades. Haviam senhores que alimentavam os escravizados apenas com feijão, sem nenhum



condimento e uma única vez ao dia. Em determinadas fazendas, os escravizados recebiam mais “bacalhau” nas costas do que no ventre.

O Barão do Pati de Alferes, rico fazendeiro do Vale do Paraíba, dizia que, nas fazendas de serra acima, era costume dar aos escravos apenas feijão temperado com sal e gordura e angu de milho. O alimento era despejado em cuias. De cócoras, os negros engoliam a comida, usando colher de pau ou servindo-se dos dedos, à guisa de talher (Idem).

Meia hora mais tarde, os escravizados rurais voltavam ao trabalho, interrompido à uma hora da tarde para o café com rapadura. “Nos dias frios e chuvosos, a cachaça substituía o café”. Algumas fazendas, especialmente do Vale do Paraíba e do Centro-Oeste Paulista, possuíam destilarias. “O uso da cachaça generalizara-se não só na população negra como entre os brancos” (Idem, p. 231).

Às quatro horas da tarde, refeição parecida com a do almoço e o trabalho prosseguia até escurecer, quando voltavam para a sede da fazenda, onde o administrador conferia o número de escravizados, realizava a chamada e, em algumas fazendas, fazia uma breve oração. O trabalho, entretanto, não finalizava ali. De volta ao campo, os escravizados dedicavam-se às fainas no terreiro ou nas casas de engenho, no paiol ou no engenho de mandioca. “À luz de candeieiros, tochas de taquara, ou lamparinas de óleo de mamona, preparavam o alimento para o dia seguinte: a farinha de mandioca, a farinha de milho, o fubá. Debulhavam o milho, pilavam e torravam o café, cortavam a lenha e, às vezes, na época da colheita, escolhiam o café apanhado”. O serão durava invariavelmente até as dez horas da noite, o que dava uma média de 17 horas de trabalho por dia (Idem).

Uma ceia ligeira encerrava o serão e os negros recolhiam-se nas senzalas, onde eram mantidos fechados até o dia seguinte, para início dos trabalhos. As senzalas, em sua maioria, eram edifícios alongados, construídos de pau a pique e cobertos de sapé, sem janelas, com porta única, e aberturas de trinta a quarenta centímetros na parte superior. Nas que havia janelas, estas eram fechadas por grades. Homens e mulheres dormiam separados, e as crianças juntamente com suas mães (Idem, p. 232).

A respeito do mobiliário das senzalas, escreveu Costa:

As divisões internas formavam pequenos cubículos, onde o mobiliário era escasso. Apenas uma tarimba e um jirau. Aquelas feitas de madeira, dois e meio a três pés de largura, encimadas de esteiras ou cobertores, e um pequeno travesseiro de palha. No jirau, o escravo



guardava seus pertences. Às vezes, a tarimba era mais alongada, de forma a permitir que se colocasse um baú na extremidade (...) Ao longo do corredor das senzalas, era construídos fogões primitivos, onde os negros preparavam, uma vez ou outra, algum prato simples: peixe, caças do mato, principalmente tatua, iguanas, paca, cutias ou capivaras (COSTA, 1982, p. 232).

Atrás das senzalas ficavam as privadas, às vezes substituídas por barricas com água até o meio e colocadas no corredor, onde eram diariamente esvaziadas e limpas (Idem).

No dia de repouso, os escravizados recebiam uma muda de roupa limpa. Os escravizados do campo recebiam, em geral, dois conjuntos por ano. O vestuário era simples. “Os homens usavam calça e camisa de algodão grosseiro. Como agasalho o surtun: espécie de jaqueta sem mangas, de pano grosso, forrado de baeta. Toda roupa levava a marca da matrícula”. Na maioria das fazendas, as roupas eram renovadas uma única vez por ano. Com o passar do tempo, as máquinas norte-americanas, introduzidas nas fazendas, passaram a ser utilizadas na confecção de vestes para os escravizados (Idem, p. 234).

As roupas, geralmente, eram trocadas aos domingos e lavadas uma vez por semana. “Expostas ao sol e à chuva, as lavagens semanais, convertiam-se rapidamente em andrajos. Negros esfarrapados, mesmo nas melhores fazendas, escandalizavam os viajantes, acentuando aos seus olhos o caráter aviltante da escravidão” (Idem).

Descrever o cotidiano dos escravizados das zonas cafeeiras faz com que Emília Viotti da Costa seja, também, uma historiadora do consumo e da cultura material de um grupo social tão importante para a história do Brasil.

5. Considerações Finais

O objetivo principal deste texto foi o de contribuir para o entendimento de uma historiografia do consumo e da cultura material. Assim sendo, foram abordados pensadores que, mais ou menos diretamente, em suas reconstruções históricas, mobilizaram as categorias consumo e cultura material.

Inicialmente, dentro da história econômica e social a nível geral, foram destacados os autores Fernand Braudel, Daniel Roche e Neil McKendric. Fernand Braudel, em *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, sobretudo no primeiro volume, “as estruturas do cotidiano: o possível e o impossível”, tratou de consumo e



cultura material de diferentes partes do mundo, com destaque para a Europa, tendo analisado, dentre outros temas, alimentos e bebidas; o *habitat*, o vestuário e a moda; revoluções e atrasos técnicos; temas essenciais quando o assunto é consumo e cultura material. Daniel Roche, em *História das coisas banais*, estudou o nascimento do consumo em sociedades dos séculos XVII ao XIX, tendo dividido a obra em três partes: a primeira, contendo uma introdução sobre cultura e civilização material; depois, uma parte sobre produção e consumo, em que tratou, dentre outros temas, de consumo comum e consumo de luxo; por último, uma parte denominada “a vida comum”, em que estudou as casas rurais e urbanas; a iluminação e o aquecimento; a água e sua utilização; móveis e objetos; vestuário e aparência; o pão, o vinho e o paladar. Mckendrick contribuiu para a história do consumo e da cultura material tendo chamado atenção para a revolução da demanda ou do consumo, que ocorreu juntamente com a revolução da oferta ou da produção, originada pela Revolução Industrial do século XVIII.

Dentro da história econômica e social brasileira, foram evidenciados Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Emília Viotti da Costa. Considerando um período que se estende especialmente do século XVII ao XX, os autores citados abordaram diferentes elementos materiais da cultura: a alimentação, o vestuário, a moradia, a mobília, as técnicas produtivas, as celebrações religiosas, dentre outros costumes de diferentes classes sociais, dos povos que formaram a sociedade brasileira – indígenas, africanos e portugueses. Holanda, Freyre e Costa podem ser entendidos como historiadores do consumo e da cultura material brasileira, sendo importantes para historiadores, economistas, antropólogos e sociólogos que estudam tais temáticas para o contexto brasileiro, partindo do período da colonização portuguesa até a ascensão da economia cafeeira. Os estudos dos autores que trataram da realidade brasileira, analisados neste trabalho, revelam detalhes de um cotidiano brasileiro que envolve a história “vista de cima” e “vista de baixo”, um cotidiano marcado pela mistura de costumes de três povos distintos, um cotidiano “comum”, de homens e mulheres que contribuíram para a formação da sociedade brasileira.

Pela leitura das obras citadas neste trabalho, fica ainda mais evidente como a sociedade atual é fruto de transformações e evoluções de sociedades passadas, e que os estudos de história econômica, em suas diversas temáticas, se fazem sempre necessários para a compreensão e análise da atualidade.



**XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas**
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



**ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA**



REFERÊNCIAS

Dicionários

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus. 8 v. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>. Acesso em: 23/06/2020.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de Economia*. São Paulo: Editora Best Seller, v. consumo.

SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portuguesa*. Lisboa: Typographia Lacerdina. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>. Acesso em: 23/06/2020.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

Referências bibliográficas

BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. 5 ed. Tradução de Zulmira Ribeiro Tavares. São Paulo: Perspectiva, 2015, p. 205-206.

BENTHAM, Jeremy. *Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BLAJ, Ilana. “Sérgio Buarque de Holanda: historiador da cultura material”. In: CANDIDO, Antonio (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. 2 ed. Tradução de Daniela Kern e Guilherme Teixeira. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo (séculos XV-XVIII)* – Vol. 1: As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CHASE, Stuart. “Nota prévia”. In: VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa* (Um estudo econômico das instituições). Tradução de Olivia Krähenbühl. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 2 ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1982

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro* – Vol. 2. 10 ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48 ed. São Paulo: Global, 2003.



- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos* – decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 1 ed. digital. São Paulo: Global, 2013.
- JEVONS, William Stanley. *A Teoria da Economia Política*. (Coleção os Economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- PESEZ, Jean-Marie. “História da Cultura Material”. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990. P. 177-211.
- MCCRACKEN, Grant David. *Cultura e Consumo* – novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo. Tradução de Fernanda Eugenio. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.
- MARSHALL, Alfred. *Princípios de Economia – Tratado Introdutório*, volume I. (Coleção os Economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MCKENDRICK, Neil. “The Consumer Revolution of Eighteenth-Century England”. In: MCKENDRICK, Neil; BREWER, John; PLUMB, John Harold. *The Birth of a Consumer Society: the Commercialization of Eighteenth Century England*. Bloomington, Indiana University Press, 1982.
- MENESES, José Newton Coelho; BORREGO, Maria Aparecida de Menezes (2018), “Introdução – O testemunho das coisas úteis e duráveis”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. Nova Série, vol. 26, p. 1-4.
- MILL, John Stuart. *Princípios de Economia Política*. (Coleção os Economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MILLER, Daniel. “Consumo como cultura material”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 33-63, jul./dez. 2007.
- PARETO, Vilfredo. *Manual de Economia Política*. (Coleção os Economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Tradução de Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- TASCHNER, Gisela. “Raízes da cultura do consumo”. *Revista USP*, São Paulo (32): 26-43, dezembro/fevereiro, 1996-97.
- VAINFAS, Ronaldo. “História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. V. 4, p. 9-27, jan./dez., 1996.
- VEBLÉN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa* (Um estudo econômico das instituições). Tradução de Olivia Krähenbühl. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965.